



# UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Faculdade de Direito

## Plano de Ensino de Disciplina

VERSÃO CURRICULAR: 2021/2.

NOME DA DISCIPLINA: Tópicos em Sociologia do Direito: Fundamentação em Direitos Humanos e a Proteção, Promoção e Reparação dos direitos das crianças e adolescentes.

CÓDIGO: DIT 093

DEPARTAMENTO: DIT

TIPO: ( ) Obrigatória (X) Optativa ( ) Outros

C.H.TOTAL: **30 horas/aula**

CRÉDITOS:**02**

PERÍODO:

PRÉ-REQUISITOS/CONHECIMENTOS PRÉVIOS: **Não há.**

NÚMERO DE VAGAS: **20**

### OBJETIVOS

Compreender o que são direitos humanos, como eles surgem na história, suas características e suas relações com a Cidadania; Identificar os principais instrumentos internacionais e nacionais de garantia dos direitos humanos; Compreender o processo histórico e social de consolidação dos direitos das crianças e dos adolescentes; Compreender o processo histórico e social de consolidação dos direitos das mulheres, bem como o contexto sócio-cultural do patriarcado no Brasil; Compreender os conceitos de identidade de gênero e diversidade sexual; Compreender o processo histórico e social da questão racial no Brasil; Saber identificar as violências aos de direitos humanos, como proceder e a quem buscar na reparação dessas violências.

## EMENTA

Proteção, promoção e restauração em direitos humanos e cidadania. Direitos de crianças e adolescentes. Direitos étnico-raciais. Direitos de gênero. Direitos das pessoas com deficiência.

## UNIDADES DE ENSINO

### **Parte I: Fundamentação em Direitos Humanos**

1. Direitos humanos e dignidade da pessoa humana;
2. Classificações dos direitos humanos;
3. Direitos humanos e cidadania;
4. Educação em Direitos humanos.

### **Parte II: Grupos vulneráveis e os direitos humanos no Brasil**

1. Proteção, Promoção e Reparação de Direitos Humanos de grupos vulnerabilizados: crianças e adolescentes, mulheres, pessoas LGBTQIAP+, deficientes, direitos étnico-raciais
2. Análise da desigualdade social brasileira: questões de gênero, raça e classe.

**Parte III: Análise aprofundada da Proteção, promoção e reparação dos direitos humanos de um determinado grupo vulnerável (conteúdo variável a cada semestre de oferta da disciplina: crianças e adolescentes ou mulheres ou pessoas LGBTTTQAI+ ou deficiente ou direitos étnico-raciais). Neste semestre, o conteúdo selecionado foi: Proteção, promoção e reparação dos direitos humanos das crianças e adolescentes**

1. História e Direitos
2. Estatuto da criança e do adolescente (ECA) e Sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente (SGDCA)
3. Atores, papéis e atribuições na Rede de proteção integral e no Sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente (SGDCA)
4. Apresentação dos principais problemas e temas relevantes associados aos direitos das crianças e dos adolescentes
5. Medidas socioeducativas e medidas protetivas: perspectiva de reparação de direitos

## BIBLIOGRAFIA

### **Básica:**

Material didático do Moodle: Fundamentação em Direitos Humanos e Cidadania. in Coleção Cadernos de Direitos Humanos: Cadernos Pedagógicos da Escola de Formação em Direitos Humanos do Programa Pólos de Cidadania. V. 01. Belo Horizonte: Marginália Comunicação, 2016.

Material didático do Moodle: Proteção, promoção e reparação dos Direitos das Crianças e Adolescentes in Coleção Cadernos de Direitos Humanos:

Cadernos Pedagógicos da Escola de Formação em Direitos Humanos do Programa Pólos de Cidadania. V.15. Belo Horizonte: Marginália Comunicação, 2016.

PRIORE, Mary. (Org.) História das crianças no Brasil. 7 ed. 5a. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2020.

### **Complementar:**

CRENSHAW, Kimberle. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. Stanford Law Review, Vol. 43, July 1991, pp. 1241-1299.

FLORES, Joaquín Herrera. TEORIA CRÍTICA DOS DIREITOS HUMANOS: OS DIREITOS HUMANOS COMO PRODUTOS CULTURAIS. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A lenta construção dos direitos da criança brasileira – Século XX. Texto online. Disponível em:  
<<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/28339-28350-1-PB.pdf>>

HONNETH, Axel. LUTA POR RECONHECIMENTO: A gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2003.

## **ESTRATÉGIAS DE ENSINO E RECURSOS**

A disciplina foi criada para ser ofertada em EaD por meio do Moodle, em dois módulos, um em que é apresentada aos cursistas uma visão geral dos direitos humanos e o conjunto de garantias construídas para a proteção de alguns grupos vulneráveis, como crianças e adolescentes, mulheres, grupos étnicos, pessoas lgbt e com deficiência; e o outro, em que o docente escolhe se aprofundar na proteção, promoção e reparação dos direitos humanos de um desses grupos supramencionados. A disciplina já conta com material didático próprio para a EaD, são eles: 01 caderno texto de Fundamentação em Direitos Humanos, dividido em 04 capítulos, cada qual a ser trabalhado pelo discente em casa, com a leitura e a realização das atividades propostas no Moodle; um caderno texto de Promoção, Proteção e Reparação dos direitos humanos de um determinado grupo vulnerável, dividido em 03 capítulos, cada qual a ser trabalhado pelo discente em casa, com a leitura e a realização das atividades propostas no Moodle; 03 vídeo-aulas assíncronas, que auxiliam na compreensão do conteúdo dos textos; 01 atividade final de avaliação prática.

Originalmente, haveria, ainda, 02 aulas presenciais, uma de apresentação inicial da disciplina, e uma para a apresentação pelos discentes dos resultados da atividade final de avaliação.

Devido à situação de emergência de saúde pública causada pela COVID-19 e a transferência das aulas e atividades acadêmicas presenciais de graduação da UFMG para meios digitais, as aulas presenciais previstas, bem como a realização em loco da atividade final de avaliação foram readequadas.

O Moodle, como já previsto desde o início, será a plataforma principal de nosso espaço educativo, contudo também utilizaremos para as aulas remotas síncronas o Microsoft Teams e outros meios de interação mediatizada.

Presente a necessidade do uso de quadro branco serão utilizadas as lousas digitais Microsoft Whiteboard ou Whiteboard.fi. que simulam um quadro branco, onde o professor tem a liberdade para escrever, criar esboços e desenvolver ideias durante a aula, sendo que, este último, tem o adicional de disponibilizar ao aluno um quadro branco também dotado de ferramenta de texto com visualização simultânea ao quadro do professor que pode funcionar como um caderno.

A criação do diálogo e interação professor - aluno e aluno – aluno se dará por meio: do aplicativo de mensagens instantâneas multiplataforma Whatsapp, onde podem ser enviadas mensagens de textos, áudios, imagens, vídeos e documentos em PDF e, que ainda efetua chamadas de voz e vídeo gratuitas, necessitando-se apenas conexão com a internet; da ferramenta online de criação de murais ou quadros virtuais dinâmicos colaborativos Padlet, que permite unir ao texto do “post it” links, vídeos do Youtube, arquivos em PDF e imagens, postar dúvidas anônimas para que o professor esclareça, a criação de organogramas e atividades de perguntas e respostas.

Enquetes criadas com o auxílio dos aplicativos Microsoft Forms que permite o uso de imagem e vídeo, ordena aleatoriamente questões, possibilita o agendamento do horário e a programação da duração de atividades, cria uma nova planilha do Excel. com o resultado das atividades e o nome dos alunos ao término de cada atividade proposta, exibe a pontuação média da turma, bem como, gráficos com as respostas, Pear Deck, que consta com funções análogas ao Microsoft Forms e se destaca devido à possibilidade de uso de emojis pessoais personalizados criados através do aplicativo Bitmoji, ou da ferramenta Padlet.

Os recursos educacionais - materiais de ensino, aprendizado e pesquisa, utilizados serão:

- Aulas expositivas gravadas e postadas;
- Textos de livros, artigos científicos e especificamente desenvolvidos para a disciplina. Todos os textos já estão disponibilizados ao final do material próprio da disciplina em uma Biblioteca virtual de links no Moodle;
- Filmes ou Vídeos feitos pelo professor ou presentes no Youtube para iniciar a aula, uma discussão, levantar uma questão, ou como complementação do estudado/exposto;
- Outras ferramentas, materiais ou técnicas que possam apoiar o acesso ao conhecimento e a ampliação de tema específico abordado na sala de aula virtual.

## **AVALIAÇÃO**

O processo de avaliação é uma etapa da formação do conhecimento do discente, por meio do qual é possível verificar se os conceitos estão sendo apreendidos e reformulados, como está a sua capacidade de reflexão crítica e argumentação. A avaliação se dará através de:

- Interação com o professor e colegas de classe nos fóruns criados no Moodle, para as atividades avaliativas de cada capítulo do material de leitura;
- Realização das atividades avaliativas intermediárias criadas no Moodle para cada capítulo do material de leitura;
- Participação nos debates síncronos;

- Enquetes;
- Avaliação Final: Trabalho em grupos sobre violações de direitos de crianças e adolescentes em seu município durante a pandemia;
- Avaliação substitutiva, que consiste na leitura e resenha de texto selecionado, para a recuperação de notas, se necessário.

## CRONOGRAMA

A disciplina tem a carga horária obrigatória de 30 (trinta) horas em 1 (um) semestre letivo com início em 13 de outubro e o término em fev/2022, contabilizando 15 (quinze) semanas.

A disciplina foi criada para ser ofertada em EaD por meio do Moodle, em dois módulos de 15 horas. No primeiro módulo é apresentada aos cursistas uma visão geral dos direitos humanos e o conjunto de garantias construídas para a proteção de alguns grupos vulneráveis, como crianças e adolescentes, mulheres, grupos étnicos, pessoas lgbt e com deficiência. No segundo módulo, o docente escolhe se aprofundar na proteção, promoção e reparação dos direitos humanos de um desses grupos supramencionados. A disciplina já conta com material didático próprio para a EaD, são eles: um caderno texto de Fundamentação em Direitos Humanos, dividido em 04 capítulos, cada qual a ser trabalhado pelo discente em casa, com a leitura e a realização das atividades propostas no Moodle, num total de 8 horas/aula; um caderno texto de Promoção, Proteção e Reparação dos direitos humanos de um determinado grupo vulnerável, dividido em 03 capítulos (à exceção do módulo de Crianças e Adolescentes que possui 05 capítulos), cada qual a ser trabalhado pelo discente em casa, com a leitura e a realização das atividades propostas no Moodle, num total de 6 horas/aula. Além disso, há ainda 03 vídeo-aulas assíncronas, num total de 06 horas/aula, que auxiliam na compreensão do conteúdo; bem como, 04 vídeo aulas síncronas, num total de 10 horas/aula, em que o docente explica e complementa o conteúdo e esclarece dúvidas. Há, ainda, a atividade final de avaliação, a ser realizada pelos discentes, conforme diretrizes constantes no Moodle, num total de 06 horas/aula, 05 para a confecção e 01 para a apresentação dos resultados ao docente.

## PLANEJAMENTO SEMESTRAL

Semanas	Ementa/ Conteúdo Programático	Modalidade
1ª Semana	Apresentação da disciplina. Cronograma de aulas. Material didático. Avaliações e distribuição de pontos. Assistir ao vídeo de apresentação da disciplina disponível no Moodle.	Aula remota síncrona + Vídeo aula assíncrona
2ª Semana	Fundamentação em direitos humanos e cidadania: Unidade I) Direitos humanos e dignidade da pessoa humana	Leitura do texto e realização da Atividade 1 disponibilizados no Moodle
3ª Semana	Fundamentação em direitos humanos e cidadania: Unidade ii) Classificação dos direitos humanos	Leitura do texto e realização da Atividade 2 disponibilizados no Moodle

4ª Semana	Fundamentação em direitos humanos e cidadania: Unidade iii) Direitos humanos e cidadania	Leitura do texto e realização da Atividade 3 disponibilizados no Moodle
5ª Semana	Fundamentação em direitos humanos e cidadania: Unidade iv) Educação em direitos humanos	Leitura do texto e realização da Atividade 4 disponibilizados no Moodle
6ª Semana	Revisão e reforço da primeira parte	Videoaula assíncrona disponível no Moodle
7ª Semana	Proteção, Promoção e Reparação de Direitos Humanos de grupos vulnerabilizados: crianças e adolescentes, mulheres, pessoas LGBTQIAP+, deficientes, direitos étnico-raciais.	Aula remota síncrona
8ª Semana	Análise da desigualdade social brasileira: questões de gênero, raça e classe.	Aula remota síncrona
9ª Semana	Proteção, Promoção e Reparação dos Direitos das Crianças e Adolescentes: Unidade I: História e direitos	Leitura do texto e realização da Atividade 1 disponibilizados no Moodle
10ª Semana	Proteção, Promoção e Reparação dos Direitos das Crianças e Adolescentes: Unidade II: Estatuto da criança e do adolescente (ECA) e Sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente (SGDCA)	Leitura do texto e realização da Atividade 2 disponibilizados no Moodle
11ª Semana	Proteção, Promoção e Reparação dos Direitos das Crianças e Adolescentes: Unidade III: Atores, papéis e atribuições na Rede de proteção integral e no Sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente (SGDCA)	Leitura do texto e realização da Atividade 3 disponibilizados no Moodle
12ª Semana	Proteção, Promoção e Reparação dos Direitos das Crianças e Adolescentes: Unidade IV: Apresentação dos principais problemas e temas relevantes associados aos direitos das crianças e dos adolescentes	Leitura do texto e realização da Atividade 4 disponibilizados no Moodle
13ª Semana	Proteção, Promoção e Reparação dos Direitos das Crianças e Adolescentes: Unidade V: Medidas socioeducativas e medidas protetivas: perspectiva de reparação de direitos	Leitura do texto e realização da Atividade 5 disponibilizados no Moodle
14ª Semana	Revisão dos conteúdos ministrados	Videoaula assíncrona disponível no Moodle + Aula remota síncrona
15ª Semana	Realização da atividade de avaliação final e apresentação dos resultados ao docente	Aula remota assíncrona: Data final para o envio pelos alunos da Avaliação Final

## BIBLIOGRAFIA EXTRA

Material didático do Moodle: Fundamentação em Direitos Humanos e Cidadania. in Coleção Cadernos de Direitos Humanos: Cadernos Pedagógicos da Escola de Formação em Direitos Humanos do Programa Pólos de Cidadania. V. 01. Belo Horizonte: Marginália Comunicação, 2016.

Material didático do Moodle: Proteção, promoção e reparação dos Direitos das Crianças e Adolescentes in Coleção Cadernos de Direitos Humanos: Cadernos Pedagógicos da Escola de Formação em Direitos Humanos do Programa Pólos de Cidadania. V.15. Belo Horizonte: Marginália Comunicação, 2016.

PRIORE, Mary. (Org.) História das crianças no Brasil. 7 ed. 5a. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2020.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm).

Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969, Promulgado no Brasil pelo Decreto No. 678, de 6 de novembro de 1992, disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D0678.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D0678.htm).

CRENSHAW, Kimberle. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. Stanford Law Review, Vol. 43, July 1991, pp. 1241-1299.

Declaração Universal dos Direitos Humanos, Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas 217 A, de 10 de dezembro de 1948, disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>.

Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei No.8.069, de 13 de julho de 1990, disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm).

Estatuto da Igualdade Racial, Lei No.12.288, de 20 de julho de 2010, disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm).

Estatuto do Idoso, Lei No.10.741, de 1º de outubro de 2003, disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm).

FLORES, Joaquín Herrera. TEORIA CRÍTICA DOS DIREITOS HUMANOS: OS DIREITOS HUMANOS COMO PRODUTOS CULTURAIS. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A lenta construção dos direitos da criança brasileira – Século XX. Texto online. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/28339-28350-1-PB.pdf>

HONNETH, Axel. LUTA POR RECONHECIMENTO: A gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2003.

Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm).

Lei Maria da Penha sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, Lei No.11.340, de 7 de agosto de 2006, disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm).

Lei sobre crimes de tortura, Lei No.9.455, de 7 de abril de 1997, disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9455.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9455.htm).

Lei sobre crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, Lei No.7.716, de 5 de janeiro de 1989, disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7716.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm).

MELO, Hildete; BANDEIRA, Lourdes, MELO, Hildete; BANDEIRA, Lourdes. A pobreza e as políticas de gênero no Brasil. Santiago de Chile: CEPAL, jun. 2005.

MELO, Hildete; CONSIDERA, Cláudio; SABBATO, Alberto. Os afazeres domésticos contam. Niterói/RJ: UFF, set. 2005.

MOSNA, Rosa. Financiamento da educação e (des)igualdade nas condições de oferta educacional: uma análise a partir de escolas da rede municipal de Porto Alegre. (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

NACIONES UNIDAS DERECHOS HUMANOS, OFICINA DEL ALTO COMISIO. Nacidos libres e iguales, Orientación sexual e identidad de género en las normas internacionales de derechos humanos. Nueva York - Ginebra, 2012.

Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos (PIDCP), Promulgado no Brasil pelo Decreto No 592, de 6 de julho de 1992, disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D0592.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0592.htm).

Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), Promulgado no Brasil pelo Decreto No 591, de 6 de julho de 1992, disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D0591.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0591.htm).

SALVADOR, Evilasio Silva; YANNOULAS, Silvia Cristina. Orçamento e financiamento de políticas públicas: questões de gênero e raça. In: Revista Feminismos. Vol.1, nº 2, ago, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. In: Revista Crítica de Ciências Sociais. Nº 48, junho, 1997. pp. 11-32.

SCOTT, J. W.. "Gender: A Useful Category of Historical Analysis". The American Historical Review, V. 91, nº 5. (Dec., 1986), pp. 1053-1075.